

## Muito perto do povo e muito longe da elite: João Batista Marçal e a resistência à ditadura pelo rádio na Grande Porto Alegre

*Remarkably close to the people and extremely far from the elite: João Batista Marçal and resistance to the dictatorship through radio in Porto Alegre Metropolitan Area*

*Muy cerca del pueblo y muy lejos de la élite: João Batista Marçal y la resistencia a la dictadura por la radio en Porto Alegre y cercanías*

Luiz Artur Ferraretto

### Resumo

Reconstitui, do ponto de vista histórico, as perseguições sofridas por João Batista Marçal, jornalista e radialista gaúcho enquadrado quatro vezes na Lei de Segurança Nacional, durante a ditadura civil-militar de 1964 a 1985. Usa como base metodológica a história oral (Alberti, 2005), além de se amparar em documentos e publicações, posicionando-se como um estudo que transita entre a história das instituições e a história propriamente dita (Schudson, 1993). Considera que a trajetória radiofônica de Marçal em emissoras autodefinidas como populares coincide com a estruturação da chamada fase de segmentação (Ferraretto, 2012) e com transformações verificadas na Grande Porto Alegre devido ao crescente êxodo

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 09/08/2024 aceito em: 10/10/2024.

### >> Como citar este texto:

FERRARETTO, Luiz Artur. Muito perto do povo e muito longe da elite: João Batista Marçal e a resistência à ditadura pelo rádio na Grande Porto Alegre. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 15, n. 02, p. 07-31, mai./ago. 2024.

### Sobre o autor

Luiz Artur Ferraretto  
[luiz.ferraretto@ufrgs.br](mailto:luiz.ferraretto@ufrgs.br)  
<https://orcid.org/0000-0001-9888-8834>

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. Doutor em Comunicação e Informação (UFRGS).

rural e à ampliação da desigualdade social. Indica que o histórico de perseguições a este profissional é ímpar pelo volume e por se dar fora das rádios que dedicam parte de suas programações ao jornalismo, usualmente mais afetadas pela censura e pela repressão.

**Palavras-chave:** João Batista Marçal; Ditadura civil-militar de 1964-1985; Rádio popular; História do rádio; Política

#### **Abstract**

It reconstructs, from a historical point of view, the persecution suffered by João Batista Marçal, a journalist and radio professional from Rio Grande do Sul who was subject to the National Security Law four times, during the civil-military dictatorship from 1964 to 1985. This paper uses oral history as a methodological basis (Alberti, 2005), in addition to being supported by documents and publications, positioning itself as a study that moves between the history of institutions and history itself (Schudson, 1993). It considers that Marçal's radio trajectory on stations self-defined as popular coincides with the structuring of the so-called segmentation phase (Ferraretto, 2012) and with transformations seen in Porto Alegre Metropolitan Area due to the growing rural exodus and the expansion of social inequality. It indicates that the history of persecution against this professional is unique due to its volume and because it occurs outside of radio stations that dedicate part of their programming to journalism, which are usually more affected by censorship and repression.

**Keywords:** João Batista Marçal; Civil-military dictatorship from 1964-1985; Popular radio; History of radio; Policy

#### **Resumen**

Reconstruye, desde un punto de vista histórico, las persecuciones sufridas por João Batista Marçal, periodista y profesional de radio de Rio Grande do Sul, quien fue sometido a la Ley de Seguridad Nacional en cuatro ocasiones, durante la dictadura cívico-militar de 1964 a 1985. Utiliza la historia oral como base metodológica (Alberti, 2005), además de apoyarse en documentos y publicaciones, posicionándose como un estudio que se mueve entre la historia de las instituciones y la historia misma (Schudson, 1993). Considera que la trayectoria radiofónica de Marçal en emisoras autodefinidas como populares coincide con la estructuración de la llamada fase de segmentación (Ferraretto, 2012) y con las transformaciones observadas en Porto Alegre y cercanías debido al creciente éxodo rural y la expansión de la desigualdad social. Indica que la historia de persecución contra este profesional es singular por su volumen y porque se da fuera de las emisoras de radio que dedican parte de su programación al periodismo, las cuales suelen verse más afectadas por la censura y la represión.

**Palabras clave:** João Batista Marçal; Dictadura cívico-militar de 1964-1985; Radios populares; Historia de la radio; Política

Homem do seu tempo, João Batista Marçal fumava um cigarro atrás do outro naquela tarde de 2003, quando fui entrevistá-lo para a minha tese de doutorado sobre a história do rádio do Rio Grande do Sul na segunda metade do século<sup>1</sup> então terminado há pouco. O local escolhido pelo ex-repórter policial e ex-comunicador do rádio considerado popular – a sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do estado – me chama a atenção, como chama a atenção a relação de respeito e até admiração de diretores e funcionários da entidade com aquele sujeito bonachão, ora agressivo, ora debochado, sempre contundente e sem papas na língua. A situação me espanta um pouco. Lembro do apresentador que me parecia um tanto sensacionalista do início dos anos 1980, do Plantão de Polícia, quadro do Jornal do Almoço, tradicional programa de variedades da antiga TV Gaúcha, mais tarde RBS TV, a afiliada da Rede Globo de Televisão, líder de audiência há décadas. Recordo, ainda, do comunicador cercado por um grupo de senhoras, suas ouvintes, no estúdio da Rádio Sucesso<sup>2</sup>, lá por 1985, sorrindo enquanto era homenageado com um bolo trazido por elas e um singelo Parabéns a você entoado a plenos pulmões, cena que presenciei em um teste malsucedido para estagiário na emissora. Ao longo das horas seguintes, tomo contato com uma trajetória única de rebeldia e enfrentamento em relação, especialmente, à ditadura civil-militar de 1964-1985. Também, naquela tarde, começo a deixar de lado o preconceito a respeito de radialistas ditos populares, tão presente nas universidades em particular e no jornalismo em geral, preconceitos que, creio, são também direcionados a parcelas da população – as classes economicamente menos favorecidas – atingidas por suas mensagens.

Como seu público, João Batista Marçal vinha da parte de baixo da

---

1 Refiro-me a Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20, defendida em 2005 no então Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, dois anos depois, publicada na forma de livro pela Editora da Universidade Luterana do Brasil.

2 Emissora em amplitude modulada que operou sob esta denominação de 1981 a 1988.

chamada pirâmide social. Nasceu no dia 4 de novembro de 1941, em Quaraí, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, levando para os seus relatos não só o sotaque, mas também o linguajar gauchesco e chegando a ser descrito como um “radialista a cavalo” (Três por Quatro, nov. 1981, p. 4). Misturava essas origens às influências do seu cotidiano como repórter policial nos anos 1960 e 1970: “A linguagem que eu uso em Porto Alegre é a das minhas raízes campesinas, da qual não consigo me libertar. Mas também tem muito da minha vivência com os malandros, a polícia, as putas, os traficantes e bandidos de Porto Alegre. Daí, essa linguagem colorida”<sup>3</sup> (Três por Quatro, nov. 1981, p. 5). Na realidade, diferenciava-se não só na forma, mas também na maneira de tratar o acontecimento em uma época de exagerada proximidade da imprensa com a Polícia Civil e a Brigada Militar<sup>4</sup> no contexto da ditadura:

Na época, como é que se dava a notícia policial? O repórter entrava no ar e dizia assim: “O bravo delegado [...], acompanhado do dinâmico comissário Fulano de Tal, mais os inspetores Manoel, João, Pedro e Francisco, mais os investigadores Pedro, João, não sei o que, prenderam um ladrão”. [...] Era uma divulgação da polícia. O que menos interessava era a notícia. [...] Eu inverti essa lógica. Busquei o lide<sup>5</sup> e coloquei na frente... Mas também eu não trabalhei neste esquema clássico do jornalismo. Não! Eu pegava um detalhe folclórico. Uma vez, eu fiz um história assim... Uma manchete lá: “Roubaram a égua do seu Pafúncio!”. Isso lá é manchete que se dê? Tinha uma história de uma égua que morreu atropelada, matou gente... A égua estava solta em uma estrada qualquer e um fuca<sup>6</sup> [em função disso] atropelou e matou duas pessoas, mas eu comecei chamando a égua do seu Pafúncio... Eu peguei o cara chorando na delegacia a morte da égua, que ele era carroceiro. Para ele, o pobre animal era importante e o drama dele tava ligado a uma ocorrência policial com duas mortes. Então, é difícil definir este tipo de estilo. (Marçal, 9 maio 2003).

Portanto, deixo claro, como descrito anteriormente (Ferraretto, 2007, p.

---

3 Nesta e nas demais citações de João Batista Marçal, para melhor caracterização desse jornalista e radialista, procurei uma escrita a mais próxima possível de seu estilo de fala, mantendo, inclusive, coloquialidades e palavrões.

4 Denominação da Polícia Militar do estado do Rio Grande do Sul.

5 O primeiro parágrafo do texto no jargão jornalístico, aquele que guia a atenção do leitor, daí a denominação baseada no verbo inglês to lead.

6 “Enquanto durou o carro popular da Volks, ele foi chamado, aqui, de ‘fuca’, jamais de fusca, esta importação do centro do país vinda pela televisão” (Fischer, 1999, p. 83).

160), que a abordagem dos fatos por João Batista Marçal parte de “um repertório ideológico que, dependendo do momento, transita entre o anarquismo, o comunismo, o trabalhismo e a esquerda católica, com boas doses – dirão seus críticos – de sensacionalismo”:

Agi por instinto e ideologia. [...] Eu sempre tive claro que estou lidando com marginais, de fato, e marginalizados, num sentido mais amplo. Eu tô lidando com gente excluída do processo de consumo, gente colocada à margem da sociedade... Muitas vezes, não porque queira, mas porque foi empurrada por uma ordem social injusta. Então, a ideologia sempre me puxou para marcar como luta de classe a questão do crime. Eu sempre vi no crime uma variante, um viés, por menor que seja, da luta de classes. Hoje [início do século 21], não se mistura mais. Os crimes maiores tu não sabes se são na alta burguesia ou entre os pés de chinelo. Na minha época, era muito claro, era próprio da luta de classes. (Marçal, 9 maio 2003).

Para a compreensão da linha de raciocínio que vou seguir, destaco ainda uma espécie de balanço pessoal do jornalista e radialista:

Passado tanto tempo... Eu fiz tanta coisa... Olha, é muito difícil dizer uma coisa que eu me orgulhe. Talvez, de chegar ao fim da vida com os amigos – poucos que tenho –, mas maravilhosos. O carinho do homem simples da rua, da mulher da rua, dum mendigo, dum vendedor ambulante, duma prostituta, dum nego véio, duma nega véia, dum louquinho... Chegam e me abraçam. É como se eu fosse um deles... Eu sou um deles, na rua. Isso me encanta, porque eu fiz da minha profissão, seguramente, além de uma arma de combate, uma forma de dizer: “Tchê<sup>7</sup>, nós somos iguais, cara!”. (Marçal [...], 2004, 8 min 12 seg).

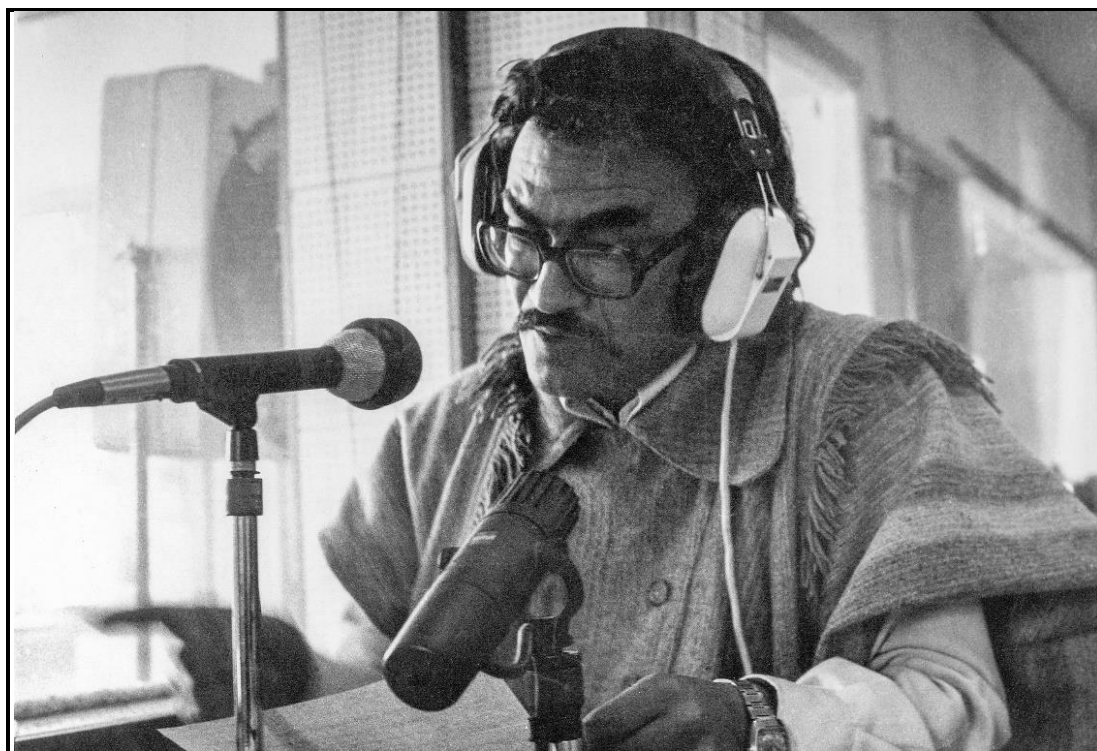
João Batista Marçal faleceu em 23 de fevereiro de 2018, vítima de câncer, aos 76 anos (Zero Hora, 24-25 fev. 2018. p. 34). Durante os 20 anos de ditadura civil-militar iniciada em 1964, acumulou “27 processos, com quatro enquadramentos na Lei de Segurança Nacional” (Marçal, 9 maio 2003), como contava, mostrando ainda a cicatriz no cotovelo do braço esquerdo, resultado de “uma tortura muito bem caprichada dentro do Palácio da Polícia” (Marçal [...], 2004, 7 min 28 seg), depois de se envolver em uma discussão em um bar, oportunidade utilizada pela repressão para prendê-lo: “Mandaram um policial

---

7 Expressão de origem espanhola, usada no Rio Grande do Sul, em geral, como vocativo e equivalente ao pronome tu (Nunes; Nunes, 2010, p. 108).

me provocar. Eu tinha tomado um uisquinho num cabaré qualquer e eu aceitei a provocação e fui pra cima do cara. Bah! Era tudo que eles queriam. Aí, me demoliram a pau.” (Marçal, 9 maio 2003).

Pondero ainda que a trajetória deste jornalista e radialista assemelha-se à dos artistas tidos como bregas por certa parcela da dita intelectualidade e que, ao contrário de compositores e/ou intérpretes da chamada MPB, não teve reconhecida, como descreve Paulo Cesar de Araújo (2002), a perseguição sofrida durante a ditadura. De fato, indicam os dados existentes, Marçal, por particularidades pessoais, acabou atraindo uma fúria repressora bem maior do que a desfechada, isoladamente, contra profissionais de rádios identificadas como jornalísticas. É essa perseguição que passo a descrever e a analisar na sequência.



João Batista Marçal (anos 1970)

Fonte: acervo particular de João Batista Marçal

### **Quadro teórico-conceitual e metodológico**

A partir das bases científicas da minha análise, suponho que o respeito



obtido por João Batista Marçal no âmbito, por exemplo, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul provém de certa memória coletiva, aquela construída em torno de quem se expôs à repressão durante a ditadura pós-1964, mesmo que passível de idealizações, simplificações e reelaborações:

O estudo histórico da memória coletiva começou a se desenvolver com a investigação oral. Esse tipo de memória tem algumas características bem específicas: primeiro, gira em torno quase sempre de lembranças do cotidiano do grupo [...], quase nunca fazendo referências a acontecimentos históricos valorizados pela historiografia, e tende a idealizar o passado. Em segundo lugar, a memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, mas normalmente tende a se apegar a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o restante do passado. (SILVA; SILVA, 2018, p. 276).

Como observado anteriormente (Ferraretto, 2020, p. 15), “para explorar lembranças, recordações, reminiscências e/ou retentivas, um dos recursos é a entrevista, utilizando história oral, mas considerando sempre a necessidade de cotejar dados assim fornecidos com os de outras fontes, por exemplo bibliográficas ou documentais”. Obviamente, “qualquer tema, desde que seja contemporâneo – isto é, desde que ainda vivam aqueles que têm algo a dizer sobre ele –, é passível de ser investigado através da história oral”, com a versão apresentada sendo “ela mesma, objeto de análise” e sem que se prescindia “de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido” (Alberti, 2005, p. 29-30). Nesse sentido, além da citada entrevista que realizei, anos atrás (9 maio 2003) , com João Batista Marçal, amparo-me no depoimento dado pelo jornalista e radialista a Marcus Reis e Giliane Greff, então estudantes de Jornalismo da Universidade Luterana do Brasil, que realizaram, sob minha orientação e com imagens e edição de Daniel Fernandes, o documentário Marçal – Polícia, povão... e revolução (2004).

Creio, também, que esta reflexão oscile entre o que Michael Schudson (1993, p. 213-218) identifica, do ponto de vista metodológico, dentro dos estudos históricos no campo da comunicação, como: (1) história propriamente dita, considerando a relação da história da mídia com a história cultural,

política, econômica ou social, buscando entender como se dá a influência da primeira sobre a segunda e vice-versa; e (2) história das instituições, que pretende saber como se desenvolveu esta ou aquela instituição de comunicação. Da primeira categorização, o aqui apresentado assume a preocupação com o contexto autoritário e discricionário da ditadura de 1964-1985, enquanto, da segunda, traz o momento do rádio de então.

Imposta ao país a partir de uma articulação de setores políticos contrários ao governo esquerdista de João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a sequência de governos com militares na Presidência da República inicia-se na virada de 31 de março para 1º de abril de 1964, estendendo-se até 15 de março de 1985, quando da posse de José Sarney<sup>8</sup>, representando a chamada Aliança Democrática, uma coalizão formada pelo oposicionista Partido do Movimento Democrático Brasileiro e a Frente Liberal, dissidência do governista Partido Democrático Social (PDS). Em paralelo, a população urbana ultrapassa a rural. No Rio Grande do Sul, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes a 1º de setembro de 1970 (IBGE, [s.d.]), indicam que 53,6% dos gaúchos já vivem em cidades, chegando, dez anos depois, a 67,53% (Secretaria [...], 1983, p. 11)<sup>9</sup>. No estado, o êxodo rural impulsiona a favelização, em especial, na Grande Porto Alegre:

O golpe de 1964 encontrou as cidades brasileiras já em pleno processo de inchamento. O que se seguiu era um esforço da tecnocracia do regime militar em investir recursos externos nas cidades para equipá-las, enquanto unidades de produção. Essa tentativa foi frustrada pelos erros nas distribuições dos recursos: não havia investimentos na reprodução da força de trabalho, deixando-se impor a vontade do mercado. A resultante era óbvia: alto padrão econômico para os segmentos favorecidos e a degradação das condições de vida dos estratos baixos da população. (Carneiro; Penna, 1992, p. 137).

Fora isso, destaque relatório da Oxfam Brasil, braço de uma organização internacional que atua em 81 países com foco na diminuição das desigualdades sociais, indicando um quadro crescente de concentração de

<sup>8</sup> Em função de seu estado de saúde, Tancredo Neves, o presidente escolhido pelo Colégio Eleitoral no ano anterior, não chegou a assumir o cargo, vindo a falecer em 21 de abril de 1985.

<sup>9</sup> Os percentuais foram calculados com base em números absolutos apresentados nas fontes citadas.



## renda e de empobrecimento durante a ditadura civil-militar de 1964-1985:

Nos primeiros anos da ditadura iniciada em 1964, o 1% mais rico passou de 17-19% da renda nacional, no início dos anos 1960, para 26%, em 1971, maior marca desde o pico do início dos anos 1940, fechando a década de 1970 na casa dos 25%.

A adoção de medidas privilegiando ganhos de capital sobre prejuízo do elemento trabalho – incluindo uma política salarial restritiva responsável pela redução de 30% no valor real do salário-mínimo entre 1964 e 1974, a repressão a sindicatos e outros movimentos reivindicatórios, e o favorecimento de ocupantes da alta hierarquia de grandes empresas – exemplifica as políticas sociais e econômicas adotadas pelo regime autoritário que contribuíram para o aumento da desigualdade no período. Essas políticas dificilmente seriam aprovadas em um contexto democrático, à luz de movimentos sociais reivindicatórios, de natureza sindical e estudantil, entre outros, que haviam florescido nos anos anteriores à ruptura institucional em 1964. (Oxfam, 2021, p. 16).

É ao segmento empobrecido da população da Grande Porto Alegre que parte das emissoras de rádio se dedica a partir de meados dos anos 1960, passando a se destacar nos levantamentos de audiência do então Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (Ibope) e fazendo parte do processo de recuperação do meio frente à migração de público e anunciantes para a televisão. No período aqui abrangido, como já descrevi em outra oportunidade (Ferraretto, 2007, p. 505-529), emissoras como Caiçara, Eldorado e Itaí dedicam-se continuamente ao chamado rádio popular, enquanto outras – Difusora, Farroupilha e Gaúcha – chegam a pender momentaneamente para formatos que incluem jornalismo. Seu público pertence às classes C, D e E, com mais de 25 anos e escolaridade, frequentemente, baixa. Sua programação baseia-se “na coloquialidade de seus comunicadores, no sucesso fácil das músicas veiculadas, na constante prestação de serviços – não raro descambando para o assistencialismo – e na exploração do noticiário policial” (Ferraretto, 2012, p. 14). De modo geral, o rádio vive a sua fase de segmentação, iniciada no final da década de 1950 e que se estende até o início do século 21, valendo destacar duas de suas características diretamente relacionadas com o objeto em análise: (1) a transistorização, base, na recepção, dos radinhos de pilha e, na transmissão, da presença na

programação dos profissionais a falar diretamente do palco de ação dos fatos; e (2) a consolidação dos comunicadores, dentro do estúdio, como figura central das irradiações, que ganham, assim, coloquialidade (Ferraretto, 2012, p. 17).

Acredito, ainda, que, por vezes, esse tipo de rádio é vítima de preconceito, dentro de um raciocínio no qual se opõem uma idealização de cultura, a própria de setores tidos como ilustrados, e uma demonização do entretenimento acessível às parcelas mais pobres da população. É significativo o uso da denominação marca-diabo, frequente no mercado e mesmo no discurso de entidades representativas das categorias envolvidas na lida radiofônica. A expressão, por exemplo, aparece no título – “Da virgindade aos dentes limpos. Vale tudo no marca-diabo” – e no corpo de uma reportagem da revista Cadernos de Jornalismo (1977a, p. 28), editada pelo então Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, que critica as emissoras autodefinidas como populares, colocando a atuação de João Batista Marçal como uma exceção – “um trabalho discutível, mas altamente consequente” – em meio a programas caracterizados “pelo falso moralismo, pela exploração barata de qualquer sentimento, com uma cascata melosa de doer o ouvido”.

Nas rádios tidas como populares, admito, preponderam conteúdos assistencialistas, de entretenimento, policiaescos e sensacionalistas, como destaca Eduardo Meditsch:

[...] nas rádios voltadas ao público de baixa renda, o acesso à inteligência é geralmente negado. Os grandes problemas da audiência não são enfrentados: ou são tangenciados pela dissimulação, ou sublimados pelo paternalismo dos comunicadores, que assim se tornam potenciais ocupantes de cargos políticos. A manipulação corre solta, até porque é de mau gosto, e quem poderia denunciá-la prefere não ouvir, está sintonizado em outra zona do dial. Sensacionalismo, violência, drama, berreiro, e a audiência se mantém altamente estimulada, desinformada e distraída. (Meditsch, jul.-dez. 2002, p. 59).

Repito também ponderação anterior (Ferraretto, 2007, p. 506) a respeito da expressão *rádio popular*, incorporada pelas emissoras comerciais ao vocabulário do meio sem uma perspectiva de classe social e assumindo, pelo contrário, “uma postura falsamente totalizante e unificadora da realidade”,

como observa Luiz Roberto Alves (*In: Festa; Silva, 1986, p. 121*). Faço questão, ainda, de recordar o definido por Luiz Gonzaga Motta (1987, p. 43) a respeito de *comunicação popular*: “aquela praticada pelos setores populares na sua autodefesa física ou intelectual contra a dominação política, cultural ou econômica”. Ao longo desta reflexão, portanto, uso expressões como “autodefinido”, “chamado”, “considerado” e equivalentes, porque não me parece totalmente adequada a qualificação plena de “popular” para algo realizado por uma empresa e não pelas camadas mais pobres da população. Reitero: “Há indicativos [...] de que rádio populista descreva melhor este tipo de conteúdo veiculado pela indústria de radiodifusão sonora” (Ferraretto, 2007, p. 506).

Nesse sentido, outra questão que quero destacar é a relacionada, diretamente, ao populismo, não raro, facilmente identificado na postura de comunicadores no rádio voltado às classes C, D e E. Acredito que Marçal, no entanto, não se enquadre nessa categorização se formos considerar, por exemplo, a definição apresentada por Ludovico Incisa (1997. v.2, p. 980-6.): o povo como inspiração, termo constante de referência e fonte de virtude e legitimidade; a ausência da ideia de luta de classes, substituída pela de conciliação constante com a única oposição ocorrendo entre o povo, um conceito vago, e o não-povo, ou seja, o resto da sociedade; a religiosidade reduzida ao nível do senso comum e materializada como tradição popular; e as práticas populistas como consequências da tensão entre metrópole e província. O jornalista e radialista pertencia a uma família pobre, possuía acentuado posicionamento político à esquerda e não apresentava, ao microfone, vinculação religiosa – embora certa vinculação a movimentos sociais da Igreja Católica –, tendo mantido apenas, como boa parte da população da Grande Porto Alegre, algumas marcas de linguagem e de comportamento de suas origens interioranas, no caso de Marçal, as dos habitantes da fronteira com o Uruguai.

### **Agitador linha de frente**

Se a ditadura e suas consequências compõem o cenário, as emissoras ditas populares fazem o palco de ação de João Batista Marçal. Os dados existentes indicam que atuava, fortemente, a partir da sua consciência de classe, base das perseguições sofridas no exercício da profissão e expressa, por exemplo, nesta autodefinição do jornalista e radialista: “O jornalista brasileiro tá muito perto da elite e muito longe do povo. Então, aqui no meu cantinho de província, eu rompi com isto. Eu tô muito longe da elite e muito perto do meu povo. Isto me faz feliz. Disso, eu me orgulho.” (Marçal [...], 2004, 8 min 49 seg).

Começa a trabalhar ao microfone, ainda adolescente, no ano de 1958, na Rádio Quaraí, na sua cidade natal. Em 1963, transfere-se para Porto Alegre após liderar uma greve estudantil: “Tomei minha primeira cadeia acusado de comunista. Repressão burra! Não sabia o que era comunismo nem anarquismo.” (Marçal, 9 maio 2003). Na capital do Rio Grande do Sul, faz rádio forçado pelas circunstâncias quando já atuava na editoria de polícia do jornal Zero Hora:

Eu virei radialista em Porto Alegre, na marra, de gaiato. Eu era repórter da Zero Hora na década de 60 e o Mendes Ribeiro, o finado Mendes Ribeiro, que a gente chamava de Bom Cabelo... O Bom Cabelo tinha um programa na Rádio Gaúcha, de manhã [...]. Estou fechando meu plantão às 6h no Pronto Socorro Municipal e deu um grande acidente. E, casualmente, eu tava na hora... E o Mendes Ribeiro enlouquecido... A Guaíba<sup>10</sup> anunciando que daqui a pouco vão entrar com detalhes. As outras rádios anunciando: “Daqui a pouco detalhes”. E quem tinha os detalhes era eu. Lá pelas tantas, desesperado, o Mendes mesmo falou comigo:

- Eu quero falar com o repórter!
  - Sim, aqui é Marçal! E aí, companheiro?
  - Aí, Marçal... Meu colega Marçal [...], colega, me dá, me dá uma força... Eu decidi. Vou dar. Mas torrei uns segundos. Aí, pensei comigo... Vou fazer uma sacanagem. É uma tragédia... Tem um monte de morto. Mas eu vou fazer um romance em cima disso daí...
  - Na neblina que cobre esta manhã de Porto Alegre, veio a tragédia e veio a morte. Sangue! Luto no asfalto! [...]
- Na hora, fui contratado pela Rádio Gaúcha. (Marçal [...], 2004, 1 min 10 seg).

---

10 Concorrente da Gaúcha, a emissora era ligada aos jornais Correio do Povo e Folha da Tarde.

Numa postura própria dos profissionais com consciência de classe, Marçal resumiu, anos depois, sua resistência a entrar no ar na Gaúcha, por ser funcionário apenas de *Zero Hora*, em uma frase: “Quer repórter, contrata!” (Marçal, 9 maio 2003). Nas décadas seguintes, por vezes em idas e vindas algo rocambolescas, o jornalista e radialista trabalhou na maioria das emissoras de Porto Alegre, em especial, naquelas que se assumiam de modo constante ou episódico como populares: Caiçara, Capital, Gaúcha, Eldorado, Farroupilha, Itaí, Pampa, Princesa, Gaúcha, Metrópole, Real e Sucesso. Como já destaquei em outra oportunidade (Ferraretto, 2007, p. 160), sua passagem por tais emissoras é marcada “por duras – e debochadas – críticas à situação da população carente e à ditadura, terminando quase sempre” com Marçal “demitido por pressão do aparato de controle do Estado: Dentel<sup>11</sup>, III Exército<sup>12</sup>, Polícia Federal, Polícia Civil ou Brigada Militar”.

Eu trabalhei em todas as emissoras de rádio [popular] de Porto Alegre. Todas me botaram para a rua pela mesma razão: por dizer as coisas da forma como eu via... A violência nas ruas, a criminalidade, a delinquência, a cumplicidade, por denunciar policiais corruptos. Eu sabia que ia me custar o emprego. Me custou o emprego... Sempre! Mas não me custou a dignidade. (Marçal [...], 2004, 2 min 42 seg).

O rádio pra mim sempre foi um instrumento, um instrumento de denúncia, um instrumento de combate e um instrumento de defesa, defesa das minorias e de combate as mazelas da burguesia. Para isto, eu usei o rádio a vida inteira. paguei caro com processos, com perseguições, com violência. Ainda hoje, sou um cara que não tem nada. Eu não abro mão disso: o rádio é uma tribuna, a mais poderosa tribuna que eu conheço pela sua instantaneidade e pelo jogo emocional que traz. Uma tribuna que eu usei. Não tenho o menor pudor de dizer que eu usei em função das minhas batalhas, como homem engajado, como homem de esquerda. (Marçal, 9 maio 2003).

Acredito que uma situação relatada pelo jornalista e radialista na Caiçara,

---

11 Departamento Nacional de Telecomunicações, órgão responsável, entre outras tarefas, pela fiscalização das outorgas de rádio e televisão, o que, no contexto da ditadura, significa emitir informes e pressionar emissoras, quando essas iam contra os interesses do regime autoritário vigente de 1964 a 1985.

12 O atual Comando Militar do Sul, com sede em Porto Alegre.

da, na época, Rede Rio-grandense de Emissoras<sup>13</sup>, de Otávio Dumit Gadret, ilustra bem a relação das emissoras com a repressão e dos empresários com profissionais com bom potencial de atrair audiência e, a partir dessa, anunciantes:

Na Rádio Caiçara, eu perdi o emprego quatro vezes pela mesma razão. O Gadret me chamou na sala dele.

– Olha, ou é tu ou eu. Não adianta. Comedor de ovelha só matando. Vou te mandar mais uma vez para a rua pela mesma razão. Eu não aguento a pressão do Dentel. A PM2<sup>14</sup> faz estes processos, distribui para toda a parte, vai para o governo federal... E, olha aqui, a pilha que eu tenho de pedido para que eu te tire do ar, imediatamente, ou eles fecham a minha rádio. Então, até logo. Deixa baixar a bola. Lá adiante, a gente conversa. Fui e voltei. Voltei porque dava ibope. E ibope é dinheiro no bolso do patrão<sup>15</sup>. (Marçal, 9 maio 2003).

Na Itaí, a pioneira das emissoras com foco nas classes C, D e E, a demissão de Marçal por pressão do aparelho repressivo do Estado se deu a partir de um tipo inusitado de ouvinte: soldados do quartel do III Exército. Os estúdios da rádio pertencente a Lorenzo Gabellini funcionavam, então, junto aos transmissores na BR-116, entre a cidade de Guaíba e Porto Alegre. No final da década de 1970, é lá que o jornalista e radialista apresenta o programa *Itaí, a Dona da Noite*. Com mais intensidade do que em empregos anteriores, declama o que denomina de “poesia rebelde” e toca músicas latino-americanas politicamente engajadas: “Dava um verso, parava e eu já envenenava” (Marçal, 9 maio 2003). Assim, aproveita o horário, da meia-noite às 5h, quando julga, de modo equivocado, diminuída a atenção das autoridades policiais, para reforçar um discurso voltado às classes pobres e contrário à ditadura. Toca um pequeno trechoda canção *A Desalambrar*, do uruguaio Daniel Viglietti, sinaliza para o operador de áudio que interrompa e faz a tradução, enfatizando a defesa da reforma agrária, para, em seguida, repetir o processo até o final da música:

A Desalambrar, eu tocava uma vez por semana. É um clássico latino-

---

13 Atual Rede Pampa.

14 A área de inteligência da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

15 Conforme Marçal, em outra emissora, após a sua contratação, o anúncio de 30 segundos passou a custar cinco vezes mais (Cadernos de Jornalismo, 1977c, p. 31).



americano: [cantarola] “A desalambrar... A desalambrar... Que la tierra es nuestra... Tuya y de aquel... De Pedro y Maria... De Juan y Jose...” Botem abaixo os aramados! Tomem essa porra dessa terra que é nossa. Eu estava antevendo ali [...] o que seria o MST<sup>16</sup> de hoje. (Marçal [...], 2004, 5 min 15 seg).

Do poema gauchesco Martín Fierro, do argentino José Hernández, traz a dor, a indignação e as esperanças dos trabalhadores rurais, tudo “traduzido e declamado no ar” (Marçal, 9 maio 2003). De España en el Corazón, do chileno Pablo Neruda, enfatiza versos como “venid a ver la sangre por las calles” e “y por las calles la sangre de los niños”, declamados em português e tratando as cidades apossadas pelos nacionalistas do general falangista Francisco Franco, durante a Guerra Civil Espanhola, como as áreas mais pobres das metrópoles do Brasil da ditadura.

Lá pelas duas, três horas da manhã, o pau comia solto. Aí, era poema revolucionário, música infame e pau neles. A essa hora, tão dormindo os caras... Mas foi aí que eu me fodi. [...] Houve uma madrugada, aqui no quartel do III Exército... Era sucesso absoluto... Tudo que era parada de táxi... Os motoristas... Tudo se babavam, ouvindo as bobagens que eu dizia. Motoristas de táxi, vigilante, doméstica, o povão da madrugada, que trabalha, que vive de noite. [...] Numa madrugada, eu soube que tinha um grupo de soldadinho... Quá-quá-quá... Rindo num canto [...]. Passou um oficial, carioca [...], um capitão, que foi ver o que era motivo de arreganho dos soldadinhos [...]. Desceu dali e chamou o serviço de informações. Quando eu ia saindo da rádio de manhã, já tinha um pelotãozinho, lá, mas não deram bola para mim. Foram direto falar com o Gabellini. Aí, o Gabellini:

– Pode ir embora! Passa de tarde aqui!

Aí, eu senti. Fui lá.

– Tu já sabes que estás indo embora.

– Eu não... Quero que tu me conte. Problema que veio todo o III Exército aí, que tu tavas fazendo subversão de madrugada aí e os soldados tavam se cagando de rir e tu tavas emprenhando os soldadinhos pelas orelhas. (Marçal, 9 maio 2003).

Aproveitando que o diretor era de São Paulo, Marçal conseguiu ser contratado pela Rádio Capital, instalada pouco tempo antes em Porto Alegre. Estreou em uma segunda-feira para fazer o horário das 6h ao meio-dia, mas

---

16 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, criado em 1984 e principal organização da sociedade civil a defender a reforma agrária no país.

fica poucos minutos no ar:

Eu estava maldito, né? Sempre maldito... Eu sempre andei na lista negra. Aí, pintou uma vaga na Rádio Capital:

– Segunda de manhã, você abre a rádio às seis horas.

[...] Fernando Henrique<sup>17</sup> não podia falar nele... Brizola<sup>18</sup>... Dom Helder Câmara<sup>19</sup> era maldito. Prestes<sup>20</sup>... Lá pelas tantas, num cantinho da página da Zero Hora, aqui de Porto Alegre, estava escrito que Dom Helder Câmara tinha feito uma palestra em Estocolmo, na Suécia. Quando veio a minha terceira entrada, estava fechando 15 minutos de rádio, não guntei... Tá aqui! Tá liberada essa notícia, então. [...] Chegou 15 minutos... A porta se abriu...

– O senhor pode sair!

Saí rindo, né?

– Pode sair!

Senti, né?

– Tá, mas e aí, querido? O que que houve?

– Não, não... O senhor está despedido...

– Sim... Eu sei, tchê! [...] Mas me diz, pelo menos, a razão...

– Pô, cara! Falou em Dom Helder... Tá ali... O III Exército... Já tá na ponta da linha, na minha sala. Se eu não te tiro, eles vêm e fecham a rádio. (Marçal [...], 2004, 4 min 11 seg).

Em outras ocasiões, Marçal chegou a ser detido pelas autoridades. Na metade da década de 1970, na Farroupilha, então pertencente aos Diários e Emissoras Associados, foi contratado pelo cantor regionalista Victor Matheus Teixeira, o Teixeira, que alugou a faixa da meia-noite às 6h. Quase sempre, gravavam o conteúdo previamente, mas, por vezes, Marçal fazia ao vivo as duas primeiras horas. Em uma dessas ocasiões, após criticar durante dias a retirada de um grupo de posseiros, que ocupavam uma área na Vila Nova, Zona Sul de Porto Alegre, acabou saindo algemado do estúdio: “Quando terminou o programa, já tava a Polícia Federal ali. Já vinham me cuidando.” (Marçal, 9 maio

---

17 Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil de 1995 a 2003, político filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Após o golpe civil-militar de 1964, esteve exilado no Chile e, depois, na França até 1968.

18 Leonel Brizola, histórica liderança trabalhista. Após o golpe civil-militar de 1964, ficou 15 anos exilado, passando pelo Uruguai, Estados Unidos e Portugal, de onde retornou ao Brasil em 1979.

19 Opositor do regime militar e uma das principais lideranças da Igreja Católica no país, tendo sido indicado quatro vezes para o Prêmio Nobel da Paz pelo seu combate à ditadura e às torturas no Brasil.

20 Luiz Carlos Prestes, secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, de 1943 a 1980.

2003). Fato semelhante acontece na MetrÓpole, de Canoas<sup>21</sup>, emissora pertencente à Rede Brasil Sul de Comunicações<sup>22</sup>, de Maurício Sirotsky Sobrinho, na qual apresenta o Jornal de Integração Comunitária, um dos poucos programas com algum registro formal, embora escrito, de sua performance ao microfone, algo politicamente incorreta para os padrões atuais e cheia de regionalismos típicos do Rio Grande do Sul:

Mas oigatê<sup>23</sup> porquera<sup>24</sup>, china<sup>25</sup> véia faladera. Não há de for nada, boca floriada! Bom dia, meus irmãos de Canoas! Bom dia, meus irmãos de Esteio, de Sapucaia, de Gravata-aí<sup>26</sup> – vejam só, não se faz mais cidades como antigamente. Bom dia, meus gringos<sup>27</sup> de São Leopoldo<sup>28</sup>, de Nói Hamburge<sup>29</sup>. Bom dia, pra quem mais mesmo? Hein, Dixon Ricardo<sup>30</sup>? Ah, esses meus ajudantes, está despedido (risadas). Agora me lembrei: bom dia, meus irmãos da Borregaard<sup>31</sup>, em Guaíba. Bom dia, Vila Mathias Velho, Vila São Luís, Niterói, Mato Grande<sup>32</sup>. E bom dia também para aquele vila nojenta que fica aqui desse meu lado (ele aponta, como se os ouvintes pudessem vê-lo, afinal é assim que fala o tempo inteiro). Como é mesmo o nome dela? Pô, aquela que fica aqui, Dixon Ricardo! Aquela vila bagaceira que me racha a cara de vergonha. Ah, é isso mesmo: bom dia, Porto Alegre, como vai essa bicheira<sup>33</sup> de cidade, onde o prefeito tá matando à míngua os motoristas da Prefeitura?

Conforme reportagem da revista Cadernos de Jornalismo (1977c, p. 31),

---

21 Município que faz divisa com Porto Alegre ao norte da capital gaúcha.

22 Atual Grupo RBS.

23 Interjeição que exprime “admiração, espanto, alegria” (Nunes; Nunes, 2010, p. 332).

24 “Porcaria, coisa nojenta” (Nunes; Nunes, 2010, p. 390).

25 “Descendente ou mulher de índio, ou pessoa do sexo feminino que apresenta alguns dos característicos étnicos das mulheres indígenas. Cabocla, mulher morena. Mulher de vida fácil.” (Nunes; Nunes, 2010, p. 113).

26 Municípios da Grande Porto Alegre, com Marçal aproveitando para fazer uma referência algo jocosa ao de Gravataí.

27 “Denominação dada ao estrangeiro em geral, com exceção do português e do hispano-americano” (Nunes; Nunes, 2010, p. 231).

28 Como Novo Hamburgo, cidade de colonização predominantemente alemã da Grande Porto Alegre.

29 Corruptela de Neues Hamburg, ou seja o nome da cidade de Novo Hamburgo em alemão.

30 Radialista que operava, então, a mesa de áudio no estúdio da MetrÓpole.

31 Indústria de celulose de origem norueguesa instalada em Guaíba no ano de 1972, cuja poluição geraria intensa mobilização popular nos anos seguintes. Na atualidade, pertence ao grupo chileno Empresas CMPC S.A.

32 Bairros populares do município de Canoas.

33 “Ferida nos animais, contendo vermes depositados pelas moscas varejeiras” (Nunes; Nunes, 2010, p. 61).

em 22 de junho de 1977, uma entrevista com o deputado estadual Romildo Bolzan, do Movimento Democrático Brasileiro – a oposição aceita pela ditadura – vai do divórcio até a necessidade de uma Constituinte, algo associado à redemocratização, motivando a sua demissão e uma quase prisão. Parado junto à janela do estúdio da Metrópole, o jornalista e radialista vê a chegada de dois camburões com soldados da Brigada Militar e agentes da Polícia Federal:

Com toda calma, começou o programa. E eu comecei a debochar de Porto Alegre... Falava [...]:

– Não quero que Porto Alegre me ouça...

Porque aqui a repressão era muito grande. Eu estava sendo corrido... Estava em Canoas. Canoas é aqui colada, mas é Canoas. Não é Porto Alegre.

– Aí, Porto Alegre, cidadezinha horrorosa. Vai te catar... [...]

Uma da tarde, pontualmente, encosta um camburão da Brigada Militar... Um da Polícia Federal... Dois camburões, com uns caras armados de metralhadora. Mas eu tô vendo pelo vidro... Os caras... Os trogloditas chegando... E eu deixei chegar... Bem perto... Mas já comecei a anunciar:

– Olha! Daqui, tô vendo os camburões... Tá chegando a Polícia Federal... Atenção, Porto Alegre!

Eu vou chamar Porto Alegre, que eu não sou besta.

– Atenção, meu sindicato<sup>34</sup>! Atenção, ARI<sup>35</sup>!

[...] Eu entrei antes das duas...Eu entrei na cadeia...E saí às seis da tarde... Porque eu criei escândalo, né? (Marçal [...], 2004, 3 min 18 seg).

Além de emissoras de rádio, João Batista Marçal trabalhou em vários veículos, com destaque para os jornais Zero Hora e Diário de Notícias e a TV Gaúcha, tendo publicado, também, pelo menos duas dezenas de livros, muitos recuperando a trajetória da militância anarquista, comunista e socialista no Rio Grande do Sul (Coletiva, 23 fev. 2018/ Zero Hora, 24-25 fev. 2018, p. 34). Em sua casa, na Vila Santa Isabel, no município de Viamão, mantinha um acervo considerável de “jornais, revistas e documentos diversos relacionados à história e à memória de personalidades, entidades e partidos de esquerda brasileiros”, aberto a estudiosos do tema e doado por sua família, após o falecimento do jornalista e radialista, ao Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH, [s.d.]).

34 Referência ao então Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, atual Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul.

35 Referência à Associação Riograndense de Imprensa (ARI).

Na política partidária, foi candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores, ajudou a fundar o Partido Socialista Brasileiro e chegou a se aproximar do Partido Democrático Trabalhista (Versão dos Jornalistas, jun. 1991. p. 5). Sua militância política incluiu, ainda, entre outras entidades, o Movimento de Justiça e de Direitos Humanos (MJDH) e a Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro (Fracab). Tal atuação, por óbvio, misturava-se à forma como abordava, ao microfone, a situação, por exemplo, dos presos ou de ocupantes de terrenos urbanos ou de áreas agrícolas:

[...] durante anos, eu virei ídolo nas cadeias. Chegava nos presídios e era uma festa, porque, como homem de esquerda, eu nunca permiti determinadas coisas. Eu sou contra a pena de morte... Eu nunca permiti que batessem em preso na minha frente... Eu sempre defendi a família dos presos... Eu fui ligado aos direitos humanos durante mais de uma década. Mas firme, com posições claras e definidas. (Marçal, 9 maio 2003).

Eu só tenho esta casa, onde eu moro, porque eu invadi esse terreno aqui. Eu não vendi a minha consciência. Eu invadi esse terreno. Hoje, tá legalizado, mas eu invadi isso aqui... Porque eu comandeí invasões de terra. (Marçal [...], 2005, 5 min 55 seg).

Observo que, ainda na contemporaneidade, em muitas rádios, é comum a desqualificação de acusados, suspeitos e condenados por crimes e contravenções, o mesmo ocorrendo com quem participa de movimentos sociais relacionados à população em condição de rua ou a agricultores sem-terra. Trata-se de um procedimento verificado, inclusive em emissoras autodefinidas como dedicadas ao jornalismo e, portanto, em tese, mais sujeitas a parâmetros éticos e técnicos para a emissão de notícias e de opiniões. Na lógica perversa da ditadura de 1964-1985, não espanta a preocupação do aparato repressivo do Estado com a atuação de João Batista Marçal ao microfone ou fora dele. Tal prática se mantém mesmo até a promulgação da Constituição Federal de 1988. De fato, o nome de João Batista Marçal aparece em vários documentos mantidos, pelo Ministério da Justiça, no banco de dados Memórias Reveladas, criado em 2009 pela Casa Civil da Presidência da

República, permitindo o acesso on-line – <http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br> – e mediante cadastro prévio à documentação anteriormente sigilosa de órgãos ligados à repressão no período de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985, como, entre outros, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Comissão Geral de Investigações (CGI), o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS):

Seu campo de atuação é junto às camadas populares, onde procura identificar-se com os menos favorecidos, insuflando o descontentamento, a revolta e a desobediência aos poderes constituídos. Configura-se como agitador linha de frente.

[...] Usando sua condição de jornalista, procura denegrir ao máximo o trabalho da polícia, desmoralizando-a como instituição. (Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, 6 nov. 1979).

Além de apontarem sua vinculação a organizações políticas então na clandestinidade – por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro –, relatórios das áreas de informação da Polícia Federal e do III Exército acompanhavam, ainda, a atuação do jornalista e radialista junto à Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro (Polícia Federal, 17 abr. 1985) e à Associação dos Moradores do Campo da Tuca (Ministério do Exército, 21 dez. 1979), da qual foi identificado como fundador e vice-presidente. Suas participações nessas entidades e nas rádios, por vezes, cruzavam-se:

Quando havia invasão de terra, por exemplo, na ditadura militar... Quem fazia o serviço sujo de tirar invasor a pau de madrugada – dando em homem, mulher e criança – era a Brigada Militar... Então, o meu combate era contra eles. [...] E a grande raiva deles, durante o meu último período na Caiçara, foi esse, que eu não dizia brigadiano<sup>36</sup>. Eu dizia “pé-de-porco<sup>37</sup>”, como uma forma de deboche, de esculhambar. Mas o povo diz... Não sou eu... Não criei isso daí, não é? Então, um processo se

---

36 Integrante da Polícia Militar do Rio Grande do Sul.

37 “Designação já desusada para os brigadianos”, conforme Luiz Augusto Fischer (1999, p. 124), origem da mais corrente porco, “derivada do ódio contra os brigadianos por parte dos meliantes” (Fischer, 1999, p. 130). O autor lembra, no entanto, “que, no tempo dos pedro e paulo [...], os brigadianos em dupla, como tinham duas vezes a letra P no capacete, se dizia ironicamente que aquilo queria dizer pé-de-porco”. Fischer (1999, p. 124) também registra o equivalente de pedro e paulo usado em outras regiões: “No Brasil em geral, se diz cosme e damião, em homenagem aos santos”.



arrastou durante anos e anos. Eu quase fui para a cadeia... (Marçal [...], 2005, 6 min 12 seg).

Em um documento tendo por assunto Infiltração comunista nos diversos setores de atividade, o Serviço Nacional de Informações (4 nov. 1983) incluiu Marçal na lista dos militantes dessa tendência dentro dos veículos de comunicação. Após o fim do regime militar e dois anos depois da legalização do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Comunista do Brasil, o tema ainda preocupava o SNI (16 nov. 1987), parte do aparelho repressivo remanescente do período ditatorial, que registrou o lançamento do livro *Comunistas Gaúchos*, de João Batista Marçal durante a 33ª Feira do Livro de Porto Alegre.

### **Considerações finais**

Não tenho dúvida de que quem pesquisa algo tende a olhar o objeto de estudo a partir de seu lugar de fala, marcadamente o seu contexto de classe social. Políticas inclusivas de reserva de vagas em instituições de ensino superior são relativamente recentes no Brasil. Nos estudos de rádio, como já afirmei em outra oportunidade (Ferraretto, 2020, p. 17), as emissoras autodefinidas como populares compõem uma “área quase nunca abordada”. Creio mesmo que, se fôssemos olhar a fundo a pesquisa a respeito do rádio durante a ditadura, apareceriam de forma hegemônica os estudos a respeito do radiojornalismo naquele período. Arrisco afirmar que a abordagem do rádio para as classes C, D e E vive de endeusamentos em uma perspectiva a apostar no que o meio poderia ser e em demonizações a respeito do que as emissoras são. Não é diferente na parte do mercado dominada por jornalistas, na qual a expressão marca-diabo parece ser corriqueiramente usada a demarcar o que seria ruim em relação a um papel mais importante atribuído ao acompanhamento dos fatos por vieses informativo, interpretativo, opinativo e de serviços. Recuperar, portanto, a trajetória de João Batista Marçal, com seus erros e acertos, é, portanto, também, recuperar parte da história do rádio

comercial voltado às parcelas menos abastadas da população.

Considero, inclusive, que o engajamento demonstrado por esse jornalista e radialista, em sua atuação nas rádios da Grande Porto Alegre, justifica-se pelo contexto ditatorial e é, portanto, lícito. Frente ao autoritarismo, sua arma foi o microfone, valendo, creio, para esse profissional o mesmo respeito por ele demonstrado em relação aos que, certos ou errados, se levantaram de forma até violenta contra o regime militar:

Ninguém pode dizer que não temeu a ditadura, né? Ela foi muito perversa. Ela destruiu uma geração inteira, né? Ela marcou essa geração que tá aí. Ela matou, torturou, saqueou, violentou, fez misérias aí. Aqueles que pegaram em armas merecem, todos eles, o meu respeito por isso. Tiveram a dignidade de se levantar quando a ordem era acovardar, era covardia geral... (Marçal [...], 2004, 6 min 48 seg).

Creio ter demonstrado, aqui, que esse profissional optou pela dignidade para se levantar quando a ordem era se acovardar, diferenciando-se em meio aos conteúdos assistencialistas, de entretenimento, policialescos e sensacionalistas do rádio autodeclarado como popular. Saliento que os indícios existentes apontam para a possibilidade de que algumas manifestações de Marçal, se usadas na atualidade, se aproximassem da calúnia, da difamação e da injúria, como no caso da expressão “pé-de-porco”. Recordo, no entanto, que o deboche é arma historicamente usada pelos oprimidos contra seus opressores. Não seria adequado sob a vigência do Estado democrático de direito, embora sempre se possa questionar o alcance desse em um país subdesenvolvido, onde, vez ou outra, surgem vozes a defender a volta ao passado em uma absurda idealização do governo dos generais de 1964 a 1985.

Talvez as suas manifestações até afrontassem o que se convencionou, mais notadamente neste século, como adequado ou até o assim chamado politicamente correto. Como destaquei no início desta reflexão, João Batista Marçal era um homem do seu tempo. Algumas de suas atitudes e alguns dos seus exageros verbais talvez também fossem. Espero, no entanto, que as razões para muitas de suas manifestações – ora agressivas, ora debochadas, sempre contundentes e sem papas na língua – daquela época de arbítrio não se

façam mais necessárias nos tortos caminhos da vida nacional.

## Referências

ACERVO João Batista Marçal. **Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, [s.d.] Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nph/acervo-joao-batista-marcal>. Acesso em: 18 jul. 2024.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALVES, Luiz Roberto. Comunicação e cultura popular: as prosopopeias na rua, no meio do redemoinho. *In*: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 118-145.

ARAÚJO, Paulo Cesar. **Eu não sou cachorro, não**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

AOS GRITOS, Marçal defende os humildes. E toca Violeta Parra. **Cadernos de Jornalismo**, Porto Alegre: Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 30-31, 1977b.

AS DESVENTURAS de um radialista a cavalo. **Três por Quatro**, Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nov. 1981. p. 4-7.

CARNEIRO, Luiz Carlos; PENNA, Rejane. **Porto Alegre, de aldeia a metrópole**. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira/ Oficina da História, 1992.

DA VIRGINDADE aos dentes limpos. Vale tudo no marca-diabo. **Cadernos de Jornalismo**, Porto Alegre: Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 28-30, 1977a.

DUARTE, Rosina. João Batista Marçal, o nome da resistência. **Versão dos Jornalistas**, Porto Alegre: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul, jun. 1991. p. 5.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul**: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20. Canoas: Editora da Ulbra, 2007.

FERRARETTO, Luiz Artur. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. **Eptic – Revista de Economia Política das Tecnologias da Informação e Comunicação**, Aracaju: Observatório de Economia e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, v. 14, n. 2, maio-ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epitic/article/view/418/332>.

FERRARETTO, Luiz Artur. Rádio no Brasil: histórias a serem contadas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da

Universidade Federal de Santa Catarina, v. 17, n. 2, 2020, p. 11-21. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/67961/44858>.

FISCHER, Luis Augusto. **Dicionário de porto-alegrês**. 5.ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios. 1999.

IMPrensa perde João Batista Marçal. **Coletiva**, Porto Alegre, 23 fev. 2018. Disponível em: <https://www.coletiva.net/jornalismo/imprensa-perde-joao-batista-marcal,263479.jhtml>. Acesso em: 10 jul. 2024.

INCISA, Ludovico. Populismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. 10.ed. Brasília: Editora UnB, 1997. v.2, p. 980-6.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do século 20**. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2004.

JOÃO Batista Marçal. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24-25 fev. 2018. p. 34.

MARÇAL, João Batista. **[Entrevista]**. Depoimento a: Luiz Artur Ferraretto. Porto Alegre, 9 maio 2003. 2 cassetes.

MARÇAL – Polícia, povão... e revolução. Produção de Marcus Reis e Giliane Greff. Imagens e edição de Daniel Fernandes. Canoas: Centro de Produção Audiovisual da Universidade Luterana do Brasil, 2004. Duração: 10 min. 34 seg. Disponível em: <https://youtu.be/IUQ160FsU-0>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MEDITSCH, Eduardo. Fatiando o público: o rádio na vanguarda da segmentação da audiência. **Verso & Reverso**, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ano 16, n. 35, p. 55-60, jul.-dez. 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Brasil: alternativa popular, comunicação e movimentos sociais. *In*: GRIMBERG, Máximo Simpson (Org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 37-50.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. 12ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2010.

O FIM do programa com demissão e visita à polícia. **Cadernos de Jornalismo**, Porto Alegre: Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 31-32, 1977c.

OBITUÁRIO. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24-25 fev. 2018. p. 34.

OXFAM BRASIL. **Democracia inacabada**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo, 2021.

PORTO ALEGRE (RS). Ministério do Exército – III Exército. **Informe n. 740 M35 E2/79**. Registro em: 21 dez. 1979. Arquivado no Banco de Dados Memórias Reveladas em: 30 maio 2018. Fundo: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_79001007\_d0001de0001.pdf.

PORTO ALEGRE (RS). Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul. **Informe n. 41-3278/79**. Registro em: 6 nov. 1979. Arquivado no Banco de Dados Memórias Reveladas em: 30 maio 2018. Fundo: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_83006705\_d0001de0001.pdf.

PORTO ALEGRE (RS). Serviço de Informações do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça. **Informe n. 054/11/85-S1/SR/DPF/RS**. Registro em: 17 abr. 1985. Arquivado no Banco de Dados Memórias Reveladas em: 30 maio 2018. Fundo: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_83006705\_d0001de0001.pdf.

PORTO ALEGRE (RS). Serviço Nacional de Informações. **Informação n. 020/16/APA/83**. Registro em: 4 nov. 1983. Arquivado no Banco de Dados Memórias Reveladas em: 30 maio 2018. Fundo: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_83007428\_d0001de0001.pdf.

PORTO ALEGRE (RS). Serviço Nacional de Informações. **Documento RR1/00142/120/B3A/87/01**. Registro em: 16 nov. 1987. Arquivado no Banco de Dados Memórias Reveladas em: 30 maio 2018. Fundo: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_87015383\_d0001de0001.pdf.

SCHUDSON, Michael. Enfoques históricos a los estudios de la comunicación. In: Jensen, Klaus Bruhn, JANKOWSKI, Nicholas W. (Ed.). **Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas**. Barcelona: Bosch, 1993. p. 211-228.

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Mercado brasileiro de comunicação**. 3.ed. Brasília, 1983.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2018.